

Duas ditaduras Ibero-Americanas: as relações diplomáticas entre Brasil e Portugal (1964 e 1974)

Tiago João José Alves

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis - Santa Catarina - Brasil
tiagojjalves@gmail.com

Resumo: O presente artigo analisa o relacionamento entre Brasil e Portugal de 1964 a 1974, bem como a institucionalização dos poderes de seus Estados autoritários. Ademais das particularidades, os regimes de Brasil e Portugal possuíam predicados semelhantes: o anticomunismo como justificativa para a instauração da vigilância, o autoritarismo como vetor inibidor das oposições e controlador da sociedade. O Estado Novo português buscou conquistar o apoio brasileiro para a manutenção de seu Império Colonial na África. Os governos brasileiros trataram os movimentos independentistas, em geral, como terroristas, creditando ao Estado português o encaminhamento das soluções. Porém, com a Revolução dos Cravos, em 1974, e as consequentes independências de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, o governo brasileiro reconheceu os novos governos. Ademais disso, discuto alguns dos diversos acordos, tratados, convenções, declarações, visitas e cooperações que foram firmados, salientando que não houve a ocorrência de cisões entre ambas as nações.

Palavras-chave: Relações Brasil-Portugal. Ditadura Civil-Militar. Estado Novo.

Introdução

Durante o período aqui estudado, que vai de 1964 a abril de 1974¹, Portugal e Brasil possuíam regimes autoritários. Do lado de cá do Atlântico, o golpe civil-militar de 1964 levou ao poder uma coalisão conservadora, autoritária e anticomunista. Do lado de lá do Atlântico, o golpe militar de 1926 amparou um regime corporativista, autoritário, anticomunista e colonialista que perdurou até 1974.

O Estado Novo português se embasava em três frentes: o conservadorismo católico, o pensamento militar com perfil positivista e um tipo de radicalismo nacionalista influenciado pelos fascismos. O Estado Novo se inspirou no fascismo, sem possuir um caráter mobilizador, ou seja, não foram criadas organizações de massa, e sim novos instrumentos, como a União Nacional, com o uso da igreja católica, das elites locais e

¹ No dia 25 de Abril de 1974, o Estado Novo foi derrubado pelo movimento dos capitães, insatisfeitos com o fardo da guerra colonial e com as condições do ofício. Por meio da chamada Revolução de Cravos, já que cravos foram distribuídos no dia 25 de Abril, a ditadura fomentada por Oliveira Salazar e Marcello Caetano chegou ao seu fim.

provincianas (MARTINHO, 2007, p. 9, 23, 30). Depois de ocupar as pastas de Finanças e das Colônias, em Julho de 1932, no governo de Óscar Carmona, presidente de Portugal, Oliveira Salazar chegou à Presidência do Conselho dos Ministros, substituindo Domingos Oliveira. Sagrou-se o primeiro chefe de Governo desalinhado das correntes liberais e republicanas. A censura, estabelecida logo após o golpe, foi regulamentada nessa Constituição, o comunismo foi proscrito formalmente, a maçonaria foi proibida legalmente e o direito de reunião passou a ser regulado. Rejeitou-se o liberalismo, o partidarismo e o parlamentarismo. Esse formato de Estado tornou-se corporativo, nacionalista e organicista, baseado na família, nos municípios e nas corporações, com um Estado forte e um executivo independente do legislativo. Como base social, assentou-se sob os interesses econômicos e financeiros da burguesia-aristocrática (PIMENTA, 2010, p. 65-68).

Ancorada no peso da tradição, Portugal possuía duas vertentes: uma moderno-conservadora e outra universalizante. A primeira adotou um panorama “histórico-territorialista”, reforçando sua construção que viria desde o nascimento do Estado Nacional, como se o país trilhasse o seu próprio curso, independente do que ocorria no mundo. A segunda, um desdobramento da primeira, refletia na demonstração de Portugal enquanto guardião da fé cristã, dos valores Ocidentais, além de sua presença e preservação do espaço colonial (MARTINHO, 2002, p. 402). O salazarismo estabeleceu como prioridade a reconstrução e a manutenção do Império Ultramarino. Mais que isso, as colônias simbolizavam a própria sobrevivência de Portugal e base de sua influência no cenário internacional.

Já a ditadura civil-militar brasileira representava uma tradição civil-militar antirreformista, anticomunista e autoritária. René Dreiffus apontou a presença de seguimentos das elites tanto no golpe quanto no regime. Através do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), os interesses multinacionais e os negócios tiveram uma representação no Estado. Apesar da forte presença estatal, notoriamente na década de 1970, banqueiros, tecnocratas e empresários (para Dreiffus: “elite orgânica”) passaram a influenciar a dinâmica estatal, impondo uma concepção privada nas suas demandas e diretrizes. Representando os interesses multinacionais e associados, a “elite orgânica” buscou frear as forças populares, desarticulando o bloco “histórico-populista” (DREIFFUS, 1981, p. 229-230). Integrando a batalha contra o perigo comunista no subcontinente, os EUA adotaram mecanismos militares e de fomento. Estabeleceram a Aliança para o Progresso, a Doutrina Militar da Contra Insurgência, incentivaram reformas agrárias com moldes conservadores, criaram o

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e distribuíram agentes de espionagem (BANDEIRA, 2007). Também elaboraram um Plano de Contingência que previa ações para impedir o avanço das forças nacionalistas e de esquerda. Tal plano atestava que os militares seriam os responsáveis pela alteração do regime, em último caso, recorreriam à secreta “Operação Brother Sam” (FICO, 2008, p.66-68.).

Com o golpe efetivado, as Forças Armadas estiveram no centro decisório, contando com a participação de civis na condução do Estado. Os tecnocratas cuidaram da economia, os magistrados conduziram os ministérios da Justiça e da Educação e os militares gerenciaram as áreas estratégicas – transportes, energia e comunicação (NAPOLITANO, 2014, p.73). Uma peculiaridade do regime foi a existência de mandatos presidenciais formais, acompanhados de um rito eleitoral via Congresso Nacional que decidia consequente escolha de presidentes (KOONINGS, 2010, p.8-9).

As relações entre Brasil e Portugal

Observa-se que os governos do Brasil e de Portugal, durante esse período, efetuaram diversos acordos, tratados, convenções, declarações, visitas e cooperações². Foram numerosos os tratados comerciais, os acordos sobre cultura, turismo e transportes, as convenções ortográficas, as cooperações técnicas, cinematográficas, científicas e econômicas, as declarações conjuntas, as visitas oficiais de Estado. Ao Estado luso interessava o estreitamento desses vínculos, pois a amizade com o governo do Brasil visava propiciar aliado importante na campanha de manutenção de seu Império Ultramarino. O Estado Novo professava que as colônias representavam o suspiro de sobrevivência da nação

² Em boa parte do Século XX, as relações entre Brasil e Portugal foram positivas. Um exemplo de incidente ocorreu em 1959, quando o General Humberto Delgado, candidato de oposição a Oliveira Salazar, presidente do Conselho de Ministros de Portugal, se refugiou na Embaixada brasileira em Lisboa e conseguiu asilo político no Brasil, garantido pelo embaixador Álvaro Lins. Essa atitude criou problemas entre Lins e Juscelino Kubitschek (Ver RAMPINELLI, 2004). O ápice do distanciamento entre as duas nações se deu durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart, por conta da adoção da Política Externa Independente. A PEI buscou ampliar o relacionamento do Brasil a África, rompendo com o alimento automático com o mundo Ocidental. Possuiu como pilares o que se convencionou chamar de 3 Ds: Desarmamento, Desenvolvimento e Descolonização. Com o alvorecer das guerras de independência nacional, em 1961, em Angola, o Estado brasileiro se tornou alvo de disputas de posições. Enquanto Portugal requeria apoio na manutenção de seu Império Colonial, os movimentos nacionalistas africanos ansiavam pelo apoio do Brasil. Em documento oficial, o ministro do Itamaraty, Affonso Arinos opinou que a autodeterminação dos povos, incluindo os países africanos, deveria ocorrer dentro dos moldes da Organização das Nações Unidas (ONU). O ministro afirmou que a defesa da independência da Angola buscava o bem do Brasil e jamais o mal para Portugal (DNU/DSOc/DAf/600. (38a) Secretaria de Estado das Relações Exteriores, da Delegação do Brasil junto à XVI Sessão da Assembleia Geral da ONU – Nova York, 29 e 30 de março de 1961, A Questão de Angola. Confidencial/Urgente, p.4-5).

portuguesa³. Com o amadurecimento do colonialismo português, elas se tornaram extensão das mercadorias e dos capitais portugueses, garantindo o fornecimento de matérias-primas e bens alimentares (RAMPINELLI, 2004, p. 31). O apoio do Estado brasileiro suscitava vários interesses no governo de Salazar: contava com imigrantes portugueses; já tinha sido colônia de Portugal; possuía expressão na América Latina; integrava a ONU⁴ e ligava-se ao Atlântico Sul (GONÇALVES, 2009). Há outro aspecto importante: o Brasil podia ser um intercessor de Portugal no relacionamento com os EUA.

Para Oliveira Salazar, o Brasil era a semente, plantada e semeada pelas mãos colonizadoras portuguesas, que deu a mais bela árvore. O estadista chegou a dizer que Portugal foi a “velha árvore reverdecida” da qual o Brasil se desprendeu e desenvolveu novas “ramagens e troncos”. O presidente do Conselho de Ministros afirmou que o Brasil, na história portuguesa, podia ser considerado “uma das suas páginas mais belas e a sua mais extraordinária realização [...] a fonte inicial da sua vida, a Pátria da própria Pátria” (SALAZAR, 1938, p. 44-46). Ou que “nem simpatia nem amizade de estranhos, o próprio sangue e alma dos avós” conectavam as duas nações. Transcendia-se, assim, a universalidade das boas relações em política externa, tratava-se de uma conjugação de vínculos familiares e sentimentais.

Promoveu uma campanha para conquistar a adesão brasileira à manutenção de seu Império Ultramarino. Ainda na década de 1950, Portugal utilizou basicamente três meios para estreitar o relacionamento com o Brasil. O primeiro foi o acolhimento do antropólogo Gilberto Freyre, levando o escritor pernambucano a Portugal e às colônias portuguesas. Portugal bradava ter constituído no Brasil uma das sociedades mais flexíveis e democráticas, equilibrando diferenças culturais, econômicas e sociais. No mote, teria erguido uma verdadeira democracia racial, fruto da miscigenação e da existência de mobilidade social. Intelectuais e políticos portugueses argumentavam que Portugal não podia ser considerado um Estado racista, pois não usava métodos violentos e tradicionais colonialistas, era, na verdade, uma nação multirracial e pluricontinental (MEDINA, 2000, p.51). Nessa sociedade lusotropicalista, na ótica de Freyre, reunia-se: a) miscigenação; b) influência cristã do colonizador; c) o uso correto das possessões pelo colonizador; d) forte papel da mulher no mundo que o português criou; e) caráter missionário e civilizador da

³ Apesar de possuir colônias na Ásia, o apoio do Brasil ao colonialismo português na África era o que mais interessava ao governo português. No Continente africano Portugal possuía as colônias de Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Angola e Cabo Verde.

⁴ O Brasil participou da fundação da ONU em 1946, e desde 1949 possui distinção no organismo, realizando o discurso de abertura das sessões anuais da Assembleia Geral da ONU.

obra portuguesa (LEME, 2011, p.36-37). Para Gilberto Freyre, Portugal havia criado um terceiro homem, uma terceira cultura:

[...] um homem simbioticamente lusotropical, uma cultura sim-bioticamente lusotropical [...]; e que se tem formado por ter o Português ido ao extremo, em época decisiva para o seu desenvolvimento extra-europeu, de, como nenhum outro europeu até hoje, ter renunciado à sua pureza, quer étnica, quer cultural, a favor de formas híbridas de homem e de cultura, das quais vêm participando raças, ambientes e culturas tropicais transeuropeizadas pela presença, entre elas, do Português. (1961, p. 88).

No Brasil, o jornalista Alves Pinheiro⁵ foi um dos principais defensores da ideia de democracia racial portuguesa. Para Pinheiro, em Angola, onde trabalhou como enviado do jornal *O Globo*, não existia discriminação racial, Portugal teria erguido uma verdadeira civilização, edificando modernas e radiosas cidades. Segundo o jornalista, a obra portuguesa, com sua capacidade civilizacional, desempenhou uma ação integradora e dignificadora na África, ao passo que a própria realidade colonial desconstruía as acusações e hostilizações que o país sofreu⁶. Em seus textos, Alves Pinheiro demonstra seu alinhamento com o discurso lusotropicalista e com a noção de democracia racial: “Existe em Angola uma autêntica democracia racial, onde todos, indistintamente, prêtos, brancos e mulatos, têm acesso às posições e à participação na vida pública”⁷, assim pensava Alves Pinheiro. O jornalista comparava Angola com o Brasil, chamando-a de “êste outro Brasil”, “o Brasil emergindo do outro lado do Atlântico”. Em uma crônica, intitulada “Admire-se esta incomparável democracia racial”, Alves Pinheiro fez uma espécie de síntese do que a miscigenação racial e a presença portuguesa no mundo tropical proporcionaram:

Repare-se como o negro convive com o branco e como ele se sente senhor de si, e integrado nas raízes portuguesas. Fala o português, vive, ama, gosta, odeia como português. Olhem-se a pujança e o milagre da miscigenação. Estas mulheres negras, mulatas, brancas queimadas dêste sol tropical, que é uma festa permanente de luz. E estamos apenas começando a admirar a obra de civilização que os portugueses empreenderam aqui, obra que é o orgulho de uma raça e a glória de um povo⁸.

O segundo meio encontrado por Portugal, pretendendo ganhar o Brasil para sua causa, foi pela aproximação diplomática. Talvez a maior conquista portuguesa tenha sido a

⁵ Na década de 1960, Alves Pinheiro trabalhou em Portugal e em Angola, escrevendo crônicas para o jornal de Roberto Marinho. Tornou-se amigo de Salazar, passou a enaltecê-lo e a promover uma campanha de elogios para as ações do Estado Novo, condenando as lutas independentistas. Escreveu os livros *Corpo e Alma de Portugal* (1961), *Angola: Terra e Sangue de Portugal* (1963), *Moçambique: a defesa da presença e da acção colonial de Portugal na costa oriental africana* (1965).

⁶ Jornal *O Globo*, 12 de julho de 1967, p.2.

⁷ Jornal *O Globo*, 22 de junho de 1964, p.2.

⁸ Jornal *O Globo*, 12 de julho de 1967, p.2.

assinatura do Tratado de Amizade e Consulta, aprovado no governo de Getúlio Vargas⁹. Assinado em 16 de Novembro de 1953, foi um marco nas relações bilaterais. Em síntese, consistia em: todos os assuntos, americanos ou ibéricos, precisavam obrigatoriamente passar pelas consultas entre Rio de Janeiro e Lisboa. João Neves da Fontoura, defensor do ideal lusófilo, entre os anos de 1940 e 1950, ocupou cargos importantes, como o de embaixador em Lisboa e ministro das Relações Exteriores no Rio de Janeiro. O chanceler foi um árduo defensor e articulador na consolidação do Tratado¹⁰.

O último meio consistiu no papel político exercido pelas colônias (grupos e instituições) portuguesas no Brasil, como o Real Gabinete Português de Leitura, a Federação das Associações Portuguesas e pela Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro (MACHADO DOS SANTOS, 2011). Esses organismos buscavam pressionar o Congresso, o Ministério das Relações Exteriores e os meios de comunicação, para se aproximarem de Portugal, atuando como *lobbies* (GONÇALVES, 2009, p. 269).

As três razões acima foram usadas habilmente pelo governo português para exercer influência sobre o Brasil. Há razões que colocaram o Brasil na órbita portuguesa durante a passagem de Juscelino Kubitschek pela presidência. Tais razões foram políticas (eurocentrismo), afetivo-históricas, ideológicas (anticomunismo, ocidentalismo), eleitorais (*lobby* português) e religiosas (catolicismo). Esses ensejos atestavam as preferências do governo do Brasil, fazendo com que o país perdesse a oportunidade de hegemonizar uma influência positiva no Atlântico Sul, fortalecesse os laços com os povos afro-asiáticos, proporcionasse novos traços culturais e estendesse as relações comerciais (RAMPINELLI, 2004).

A partir de 1961, houve um novo fator nas relações internacionais entre Brasil e Portugal: o alvorecer da guerra colonial, promovida primeiramente por Angola, na sequência Moçambique e Guiné-Bissau. De 1930 a 1960, o colonialismo português assentou-se na ostensiva extração dos recursos naturais e no uso do trabalho forçado dos indígenas, privilegiando os interesses de Portugal e dos colonos brancos. Com o irromper das lutas por independência, o Estado Novo tentou criar “sociedades multirraciais”, baseou-se no esforço de construção de “sociedades multirraciais”, acrescentando população branca. Em regra, o governo português se preocupou mais com o crescimento da economia de cima

⁹ A política externa do governo Juscelino Kubitschek foi de apoio intransigente ao colonialismo português, para ilustrar essa devoção, o presidente chegou a favorecer o café luso, proveniente de Angola, em detrimento do café brasileiro (RAMPINELLI, 2004, p.19).

¹⁰ Assis Chateaubriand, Francisco Negrão de Lima, Pio Correia, Frank Moscoso, Donatello Grieco, Odette de Carvalho e Sousa congregam a franja lusófila da diplomacia brasileira (RAMPINELLI, 2004, p. 46-47).

pra baixo, por meio da ação estatal, do que com o desenvolvimento humano. Tardiamente passou a se preocupar com a educação, saúde pública e com programas de desenvolvimento comunitário nas colônias, a pensar na melhoria de vida dos africanos (CASTELO, 2014, p. 507-508). Mesmo com medidas progressivas, o saldo negativo do colonialismo não foi quitado, foram diversas violações e ações compulsórias que minaram a consciência dos africanos. Dentre elas, a violação dos direitos de posse e uso da terra, o pagamento compulsório de impostos, condicionado ao trabalho por tempo variável, a cultura forçada do algodão, o recrutamento coercitivo para explorações agrícolas ou industriais de proprietários europeus. Em 1960, líderes angolanos propuseram uma mesa redonda com Salazar para discutir os dilemas das colônias, indicando uma solução pacífica para o problema, caso isso não ocorresse, o Estado português seria responsabilizado. Outra tentativa partiu do Partido para a Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC), em novembro do mesmo ano, salientando que o caráter da luta dependeria dos rumos tomados pelo Estado Novo. Em dezembro, Mário de Andrade, fundador e presidente do Movimento pela Libertação de Angola (MPLA), na cidade de Londres, deu o ultimato, afirmando que o recurso passaria a ser a luta armada (CORREIA, 1998, p. 363). A insurreição, a revolta, o levante, o combate, a guerra foram os caminhos escolhidos¹¹.

Logo em 1964, no governo de Castello Branco¹², Vasco Leitão da Cunha¹³ afirmou que confiava plenamente na solução que Portugal daria para o problema das colônias portuguesas na África. Salientou que o Brasil jamais tomaria qualquer ação hostil à sua “Pátria-mãe,” a quem o país devia a própria independência¹⁴. Em síntese, durante a ditadura, os governos brasileiros foram taxativos quanto aos movimentos nacionalistas africanos: suas intervenções não afrontavam apenas o modelo Ocidental, atingiam a soberania portuguesa e a ideia de “tranquilidade” colonial. Em outras palavras, a ação desses movimentos suscitava dois riscos: 1) a transposição do controle português sobre seus territórios, por meio do “terrorismo”; 2) a instalação de regimes comunistas alheios aos interesses ocidentais, afetando a segurança do Atlântico Sul e a presença branca na região¹⁵. A orientação geral dos governos da ditadura foi a de estabelecer uma Comunidade Luso-

¹¹ O general Costa Gomes, em 1961, propôs que a solução para o problema do ultramar deveria ser política e não militar. Depois foi a vez de António de Spínola propor esse tipo de negociação (GOMES, 2006, p.16).

¹² Presidente de 15 de abril de 1964 aa 15 de março de 1967.

¹³ Ministro das Relações Exteriores de 4 de abril de 1964 a 17 de janeiro de 1966.

¹⁴ Jornal do Brasil, Edição 01645, 1 de setembro de 1965, p.3.

¹⁵ Secretaria de Estado das Relações Exteriores (Telegrama), da Embaixada em Lisboa. DEOC/DAf/DNU/600 (88m) 600 (88q) 602.77 (88). Atividades terroristas em Angola e Moçambique. Comunicados das Fôrças Armadas Portuguesas, Secreto, 7 de julho de 1968.

Brasileira como saída para o imbróglio do conflito em território africano¹⁶. Dessa forma, o Brasil se beneficiaria como um dos principais atores dessa comunidade, podendo expandir sua presença na África. A maior motivação brasileira para efetivar essa aproximação foi a possibilidade de contribuir com a transformação do país em potência média, portanto, o viés comercial e econômico foi privilegiado nesse esforço. A reviravolta do posicionamento do Estado brasileiro só ocorreu com o advento da Revolução dos Cravos e a consequente vitória das independências.

Durante a chancelaria de Juracy Magalhães¹⁷, foram dadas novas disposições para as relações do país com Portugal. Em reunião com Salazar, o ministro defendeu a normalização das relações entre os países, retraídas durante a aplicação da PEI. Cunha Bueno, deputado federal do Partido Social Democrático (PSD), afirmou que a amizade do Brasil com Portugal estava desgastada, mas, seria retomada com intensidade. Nas palavras do deputado:

No instante em que não só o Brasil como todo o mundo livre comemoram a vitória da democracia, quero ressaltar a importância do facto de haver sido varrido do território nacional o espectro do comunismo [...] ressalto que a vitória dos democratas brasileiros significa a segurança de que as nossas relações com Portugal, que estiveram temporariamente ameaçadas, se restabelecerão agora com maior amplitude¹⁸.

Américo Thomaz, presidente de Portugal, enviou mensagem saudando Castello Branco, reconhecendo as virtudes do novo presidente do Brasil. Na mesma mensagem, garantiu plena confiança nos rumos do país¹⁹. O governo português esperava que, com a subida de um projeto de poder anticomunista, o risco de perder o apoio do Brasil estaria fora de cogitação.

Carlos Lacerda, um dos principais agitadores do anticomunismo no Brasil, em junho de 1964, a pedido de Castello Branco, fez um périplo em Portugal com o intuito de esclarecer os objetivos da “Revolução de 1964”. Lacerda se reuniu com Salazar, fez uma conferência com Américo Thomaz, realizou declarações na imprensa, rádio e TV. Em todas as ocasiões, condenou João Goulart, prometendo que o Brasil garantiria bons termos com Portugal. Como se tratava de uma viagem oficial, Lacerda aproveitou para falar em nome do povo brasileiro e do presidente. Uma de suas bandeiras foi a eliminação dos passaportes entre Brasil e Portugal, permitindo a livre circulação dos cidadãos. No período em tela, o

¹⁶ PEA 74DPG22, Consulado-Geral de Portugal, Reservado, 17 de setembro de 1974.

¹⁷ Ministro das Relações Exteriores de 17 de janeiro a 15 de março de 1967.

¹⁸ *Diário de Lisboa*, nº 14850, Ano 44, Sábado, 18 de abril de 1964, p. 1, 7, Casa Comum.

¹⁹ Folha de S. Paulo, 16 de abril de 1964.

governo brasileiro dava preferência, inclusive, a vinda de imigrantes portugueses. Esses imigrantes recebiam maior atenção e eram bem vindos se tivessem boas qualificações profissionais e familiares no Brasil²⁰. Quanto ao problema colonial, Lacerda afirmou que a solução portuguesa para o dilema estava em ordem e que ele aprovava tudo o que havia sido planejado para a manutenção da integridade da nação portuguesa. Mostrou-se disposto a encontrar uma solução que pudesse conceder um nível adicional de independência aos territórios ultramarinos, sem que Portugal deixasse de ter influência sobre essa região²¹. Ou seja, não estava distante, para o governo brasileiro, a possibilidade de que as colônias aumentassem gradualmente o nível de liberdade, porém, só relativamente, pois deveriam resguardar submissão a Portugal. Lacerda acreditava que se Portugal mantivesse influência sobre a África, o Brasil teria garantido o acesso ao Continente. Para muitos estrategistas, o Brasil não possuía capacidade de olhar para África, sem usar Portugal como um filtro, um intermediário. Como desdobramento dessa posição, o governo brasileiro concordava com a nova teoria portuguesa dominante que seus territórios não eram colônias, mas sim, Províncias Ultramarinas²².

Na reaproximação entre Brasil e Portugal, em junho de 1965, Franco Nogueira, ministro do Ministério dos Negócios Estrangeiros, veio ao Brasil para realizar um extenso programa de atividades. Dentre as atividades, foi inaugurada a estátua de D. João VI, montada na Praça XV, no Rio de Janeiro, a 10 de Junho de 1965, Dia de Portugal. A inauguração da estátua fez parte das comemorações dos quatrocentos anos da cidade de Rio de Janeiro²³.

No governo Castello Branco, em 7 de setembro de 1966, Juracy Magalhães, ministro do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e Franco Nogueira, ministro do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) selaram alguns acordos que pretendiam estreitar as amizades entre Brasil e Portugal. Foi compactuado um “Acordo Básico de Cooperação

²⁰As profissões desejáveis eram: operadores, técnicos e reparadores de cabo e de telecomunicações, carpinteiros, artistas gráficos, especialistas em polimento com esmeril, estampadores e gráficos, ferreiros, mecânica geral, ourives e joalheiros, relojoeiros e reparadores, tecelões, tipografistas, alfaiates, enfermeiros, eletricitistas gerais, curtidores e tintureiros de couro, estofadores de moveis e de veículos. Fonte: Brazil Grants Preference to Portuguese Immigrants, January 20, 1965, number A-278, Department of State, Washington, USA. Opening The Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s, Brown Digital Repository/Universidade Estadual de Maringá.

²¹ Brazil Grants Preference to Portuguese Immigrants, January 20, 1965, number A-278, Department of State, Washington, USA. Opening The Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s, Brown Digital Repository/Universidade Estadual de Maringá.

²² Diante das pressões descolonizadoras provenientes da Organização das Nações Unidas, dos movimentos nacionalistas, Portugal fez uma manobra administrativa e passou, a partir de 1951, a denominar suas colônias como províncias ultramarinas.

²³ Jornal do Brasil, Edição 01575, 11 de junho de 1965, p.2.

Técnica²⁴” entre os dois países, tendo como prerrogativa “promover e estimular o progresso técnico-científico e o desenvolvimento econômico e social” de ambos os países²⁵. Na ocasião, foi assinado um “Acôrd de Comércio²⁶” que contemplava o território brasileiro e os territórios portugueses do Continente, das Ilhas Adjacentes e das colônias. A iniciativa buscava aumentar e diversificar o intercâmbio comercial entre Brasil e Portugal, revogando os acordos anteriores (1949 e 1954)²⁷. Foi ratificado um pacto de troca de notas entre o Banco do Brasil e o Banco de Portugal, sugeriu-se a facilitação de acordos de complementação industrial, entre empresas portuguesas e brasileiras, a promoção de feiras, exposições comerciais, industriais, agrícolas e artesanais. Um artigo considerou a necessidade de simplificar a criação de zonas francas para produtos do Brasil e de Portugal, para serem revendidos em território brasileiro e português. Essas zonas francas incluíam as colônias portuguesas, cabendo aos governos dos dois países a instituição de grupos de trabalhos para facilitar a circulação de mercadorias nessas regiões. Por fim, foi instituída a “Comissão Econômica Luso-Brasileira”, reunindo representantes do governo e da iniciativa privada²⁸. Com o pretexto de difundir a integração entre os povos de língua portuguesa, e para garantir a preservação e o desenvolvimento da cultura luso-brasileira, em 1966 foi assinado um “Acôrd Cultural²⁹” entre Brasil e Portugal. No desenrolar dos acordos, o ministro Juracy Magalhães se comprometeu em levar o apoio do Brasil na ONU à política portuguesa na África: “Estamos principalmente interessados no desenvolvimento de uma cultura ocidental democrática na África e esta é a maneira pela qual vêm atuando há séculos os portugueses naquele continente³⁰.” A presença portuguesa na África era secular...

No governo de Costa e Silva³¹, as boas relações entre Portugal e Brasil foram mantidas. Simbolicamente, para selar esse relacionamento, em 22 de abril de 1967, foi estabelecido o Dia da Comunidade Luso-Brasileira. A tese salazarista de ver nas colônias a sobrevivência da nação, que era a base da influência lusa no cenário internacional e que sem

²⁴ Celebrado em 07/09/1966, passou a vigorar em 16/12/1967.

²⁵ BRASIL. **Acordos entre Brasil e Portugal**: Acôrd Básico de Cooperação Técnica entre os governos dos Estados Unidos do Brasil e de Portugal. 1966. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1966/b_25>. Acesso em: 9 jan. 2015.

²⁶ Celebrado em 07/09/1966, passou a vigorar em 21/04/1968.

²⁷ BRASIL. **Revogação dos Acordos Comerciais Anteriores e Aplicação Provisória das Disposições do Novo Acordo de Comércio**: Nota brasileira. 1966. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1966/b_30. Acesso em: 12 jan. 2015.

²⁸ BRASIL. **Acordo de Comércio entre os Estados Unidos do Brasil e Portugal**. 1966. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1966/b_26. Acesso em: 10 jan. 2015.

²⁹ BRASIL. **Acôrd Cultural entre o Brasil e Portugal**. 1966. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1966/b_27. Acesso em: 10 jan. 2015.

³⁰ O Globo, 8 de setembro de 1966, p.8.

³¹ Presidente de 15 de março de 1967 a 31 de agosto de 1969.

colônias Portugal se limitaria a ser uma nação turística, à sombra da Espanha, foi mantida e endossada pelo Itamaraty. No documento em questão, a conservação dessas possessões, portanto, era uma aspiração nacional, quase unânime, defendida por salazaristas e antisalazaristas. Afirma-se que apenas “as correntes comunistas, pouco numerosas, mal organizadas e condenadas à clandestinidade”, se opunham a essa bandeira³².

A orientação de Portugal seguia atenuando as pressões para que o Brasil se alinhasse às suas posições. Noutra visita de Franco Nogueira ao Brasil, dessa vez em 1967, um episódio simbolizou esse esforço dos portugueses de acirrarem o sentimentalismo brasileiro. Carlos Sylvestre de Ouro Preto, chefe da Divisão Política do Itamaraty, relatou num telegrama o descontentamento do governo português com um editorial do jornal *Correio da Manhã*³³. O diplomata assegurou que os termos do editorial do jornal, ao debater a visita do chanceler português ao Brasil, constrangeram Franco Nogueira. O texto teria analisado as relações luso-brasileiras de maneira “inamistosa e caluniosa”. Sylvestre de Ouro Preto garantiu que o editorial possivelmente tivesse sido escrito por algum articulador da “extrema” esquerda. No editorial em questão, foi afiançado que os acordos de setembro de 1966, feitos entre Brasil e Portugal, possuíam cláusulas secretas. A pior dessas cláusulas estaria num suposto pedido do governo português solicitando o envio de tropas brasileiras para os territórios ultramarinos. O diplomata disse que essas afirmações eram absurdas e caluniosas e que ofendiam os governos de ambos os países.

Na esteira das possibilidades de barganhas ofertadas pelo Estado Novo ao Brasil, o jornal *Portugal Democrático*³⁴ denunciou que Salazar cogitou oferecer 200 mil postos de trabalhos para brasileiros que quisessem viver em Angola e Moçambique. O jornal alertava que o governo português pretendia usar esses brasileiros na limitação da entrada de guerrilheiros em suas colônias³⁵. Na busca de comprovação dessa hipótese, não foram encontradas evidências.

Em 1967, Franco Nogueira realizou uma visita ao Brasil, o que gerou interesse dos EUA. Em reunião de esclarecimentos, diplomatas portugueses e estadunidenses³⁶ discutiram novamente a situação das conexões entre Brasil e Portugal. Nogueira relatou

³² Relações do Brasil com Portugal, Comissão de Planejamento Político, Ministério das Relações Exteriores, Secreto, 10 de agosto de 1967.

³³ Relações Políticas Brasil-Portugal. Visita ao Brasil do Ministro Franco Nogueira. C/DEOC/DAI/920. (42) (88), Secretária de Estado das Relações Exteriores, Embaixada do Brasil em Lisboa, Secreto-Urgentíssimo, 1967.

³⁴ Jornal de oposição ao salazarismo.

³⁵ Portugal Democrático, São Paulo, número 128, ano XII, abril de 1968, p.3.

³⁶ Alberto Franco Nogueira, Vasco Vieira Garin, Antônio Ressano Garcia, Eugene Rostow, Joseph Palmer, Walter Stoessel, Ward Allen, George Landau, Roberth Funseth.

que havia encontrado muitos brasileiros preocupados com a situação de outros países na América Latina. A preocupação desses brasileiros estava com o risco de expansão das atividades da subversão e da guerrilha. Outro fato agravava esse risco, para Nogueira, a “infiltração” de comunistas na maior parte dos jornais e das universidades. A morte de Che Guevara assustou o chanceler português pelo fato de muitos brasileiros lamentarem sua morte. Eugene Rostow, subsecretário de Estado dos EUA para Assuntos Políticos, respondeu que o marxismo como sistema intelectual tinha perdido força no resto do mundo, exceto nas universidades da América Latina. Na conversa, os portugueses lamentaram ver esforços contrários à cooperação entre Brasil e Portugal. Nogueira comentou que quando Portugal convidava deputados ou senadores para visitarem seus territórios na África, os oficiais da Embaixada dos EUA tentavam persuadir esses parlamentares a não fazerem nenhuma declaração favorável a Portugal. Interessante observar que EUA e Portugal se preocupavam com o avanço do comunismo no Brasil, por isso, Portugal usava a bandeira de combate ao comunismo na África, no intuito de ganhar o apoio estadunidense e brasileiro³⁷.

Na esteira de críticas da imprensa brasileira ao apego do Brasil às posições de Portugal, o *Jornal do Brasil* apresentou um editorial. Este sustentou que a ficção criada por Portugal, de chamar as colônias de províncias, não enganava ninguém, nem mesmo o Brasil, seu mais fiel aliado. O texto seguiu apontando que Portugal deveria ser realista e admitir que prejudicava o Brasil numa batalha suicida contra o fluxo das forças históricas. O editorial defendeu que o Brasil tinha porte de uma nação forte, prestigiada e respeitada na comunidade latino-americana, que não podia se isolar na escuridão e apoiar o colonialismo³⁸. Porém, a posição dos governos brasileiros foi mantida: cabia a Portugal coordenar o controle e o destino de suas colônias.

Em julho de 1968, foi a vez do chanceler brasileiro ir a Portugal, ratificando as afinidades entre os dois países. Num encontro entre Franco Nogueira e José Magalhães Pinto³⁹, aprovou-se a expansão do intercâmbio cultural e das trocas comerciais, decidindo que Portugal passaria a fornecer urânio ao Brasil⁴⁰.

Em resumo, Oliveira Salazar conseguiu manter Portugal com o status de país atlântico, ultramarino e colonial, tornando-se um Estado Império. Salazar mitificou a

³⁷ Memorandum of Conversation, November 17, 1967, Secret. Opening The Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s, Brown Digital Repository/Universidade Estadual de Maringá.

³⁸ *Jornal do Brasil*, nº 74, 31 de março de 1967.

³⁹ À frente do Itamaraty de 31 de agosto de 1969 a 30 de outubro de 1969.

⁴⁰ *Diário de Lisboa*, Edição 16355, 1 de julho de 1968, p.24.

missão civilizacional portuguesa, arquitetou as instituições e as ideias que permitiram que esse projeto navegasse e atravessasse as eras do fascismo e da democracia. Governando por “decreto”, Salazar se confundia com o próprio Estado Novo, era, ao mesmo tempo, criador e criação. Porém, no dia 7 de Setembro de 1968 caiu de sua cadeira na sua casa em São João do Estoril, o impacto causou um hematoma cerebral. Foi submetido à cirurgia, dias depois sofreu uma trombose, afastando-se definitivamente. Apesar de sua morte ter ocorrido em 1970, sua sucessão ocorreu depois de seu adoecimento, discutida no dia 17 de Setembro de 1968. Américo Thomáz reuniu o Conselho de Estado e o escolhido foi Caetano: catedrático em Direito, ministro das Colónias (1944-1947), presidente da Câmara Corporativa (1950-1955) e ministro da Presidência (1955-1958). Em 1959, anos antes de sua ascensão, Caetano expôs que o Estado Novo iria sobreviver mesmo sem Salazar (CAETANO, 1959, p.177-179). Com retórica reformista, Caetano seguiu a estratégia colonial salazarista, seu discurso procurava transparecer maior liberalização e autonomia na estrutura administrativa, porém, sem colocar em risco a unidade da Nação. O compromisso com a União Nacional, um postulado salazarista, exigia a manutenção do Estado autoritário e corporativo, além da proteção das colônias por meio da guerra (SOUTO, 2007, p.107). Os exaustivos gastos militares, considerando que Portugal era um dos países mais pobres da Europa, não foram cessados. Nem mesmo o fardo da guerra causado entre os militares interrompeu o envio de tropas e a sustentação da logística de guerra (ANDERSON, 1966). O Estado Novo não abriu mão do colonialismo em virtude do atraso econômico português e pela sua importância na manutenção da produção nacional, em virtude dos mercados coloniais protegidos. Além disso, diferente do que fizeram França e Inglaterra, não se vislumbrava outra forma de poder no ultramar, alternativo ao controle direto colonialista (ALEXANDRE, 2005, p. 59).

Em 1969, Marcello Caetano, presidente do Conselho de Ministros de Portugal, realizou uma visita ao Brasil. O governo brasileiro decidiu encaminhar críticas sobre as indiferenças com que os portugueses tomaram os interesses do Brasil de exportar seus produtos para o mercado europeu. Caetano concordou com as posições do Brasil. Para ele, a afeição entre as duas nações não podia permanecer no nível das “promessas de amizade e intenções.” Para aprofundar esse contato, e promover as alianças bilaterais, foi admitido um diplomata, em nível de Embaixador, em cada uma das duas chancelarias⁴¹.

⁴¹ Jornal do Brasil, nº 77, 7 de julho de 1969, p.4.

Nos governos dos presidentes Emílio Médici⁴² e Ernesto Geisel⁴³, a política de acordos com Portugal foi mantida, não houve ruptura. Marcello Caetano veio ao Brasil em 1969 e em 1972, Américo Thomaz esteve nas comemorações dos 150 anos da Independência, Rui Patrício⁴⁴ fez várias visitas ao país, Médici e Mário Gibson Barboza⁴⁵, ministro das Relações Exteriores, estiveram em Portugal em diversas ocasiões. Em 1969, Jarbas Gonçalves Passarinho, ministro do Trabalho e da Previdência Social, e Marcello Caetano, na ocasião ministro interino dos Negócios Estrangeiros, assinaram um “Acôrdio de Previdência Social⁴⁶”. O acordo buscou regulamentar os sistemas de previdência dos trabalhadores que se trasladavam de um país para o outro⁴⁷. As legislações vigentes no Brasil e em Portugal passaram a ser aplicadas aos brasileiros em Portugal e aos portugueses no Brasil, garantindo direitos e obrigações iguais⁴⁸.

Na década de 1970, avançava o debate para a consolidação da Comunidade Luso-Brasileira, reiterando a unidade entre os valores históricos, morais, culturais, linguísticos e étnicos que aproximavam Brasil e Portugal. Com a morte de Salazar, em 27 de julho de 1970, o governo brasileiro decretou três dias de luto. No decreto oficial, Médici considerou os laços culturais e de amizade entre as duas nações e ratificou o pesar da nação brasileira pelo falecimento de Salazar, um “eminente estadista” para o presidente brasileiro⁴⁹. Nos termos das boas relações, os dois governos assinaram um estatuto que reforçava seus vínculos. No documento, assegurava-se que o estatuto reforçava a fraternidade e a “indestrutível amizade” entre os governos do Brasil e de Portugal.

No dia 7 de setembro de 1971, na cidade de Brasília, os ministros Mário Gibson Barboza e Rui Patrício assinaram uma convenção que delineava os direitos comuns de brasileiros e de portugueses. Um estatuto passava a assegurar direitos e deveres iguais a brasileiros residentes em Portugal e a portugueses residentes no Brasil. No acordo há uma advertência que portugueses e brasileiros não podiam “ofender” a soberania nacional e a ordem pública do Estado em que estavam, se isso ocorresse, perdiam seus direitos. Tratava-

⁴² Ocupou a presidência de 30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974.

⁴³ Permaneceu no cargo de 15 de março de 1974 a 15 de março de 1979.

⁴⁴ Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

⁴⁵ Foi ministro do Itamaraty de 31 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974.

⁴⁶ BRASIL. **Acôrdio de Previdência Social entre os governos da República Federativa do Brasil e de Portugal. 1969.** Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1969/b_61>. Acesso em: 20 jan. 2015.

⁴⁷ Aprovado em 17/10/1969, passou a vigorar em 01/12/1970.

⁴⁸ Excetuando tripulação de empresas aéreas, de navios, funcionários diplomáticos, administrativos e técnicos de Missões Diplomáticas e de Representações Consulares, que se submetiam submetidos à legislação do Estado a que pertencem.

⁴⁹ Diário do Paraná, 28 de julho de 1970, p.3.

se de reforçar o veto contra a circulação de ideias contrárias aos respectivos regimes, um sinal negativo refratário às militâncias de oposição. Entretanto, para os “indesejados” serem extraditados, era necessário um pedido formal do governo de sua nacionalidade⁵⁰. Para conseguir esse estatuto, brasileiros e portugueses precisavam fazer um pedido aos respectivos governos, além de terem residido por no mínimo cinco anos em Portugal ou no Brasil respectivamente⁵¹. Ao conquistar o estatuto da igualdade, esses imigrantes se sujeitavam às leis penais do país em que estavam⁵². No dia 10 de janeiro de 1971, os dois ministros assinaram uma “Declaração Conjunta” que reforçava o modo especial das relações entre o Brasil e Portugal. Essa amizade era considerada privilegiada, pois estava irmanada “pelo sangue, pela história, pela cultura, pela língua comum, pela mesma concepção de vida, por uma tradição de amizade, colaboração e respeito mútuo nunca interrompida⁵³”. Ademais de comemorarem os passos dados entre Brasil e Portugal desde os acordos de 1966, sinalizando que essas relações podiam se estreitar ainda mais, os ministros guardaram um ponto para condenar as ações “terroristas” desenvolvidas internacionalmente. Esse tópico buscou reprovar, ainda que nas entrelinhas, as atividades dos movimentos nacionalistas na África e dos movimentos revolucionários na América Latina. O que era considerado “terrorismo” nesse período, senão as organizações de esquerda e os movimentos anticolonialistas?

Na declaração assinada por Brasil e Portugal, firmou-se a seguinte resolução:

Exprimiram, em consequência, seu total repúdio à ação terrorista que se manifesta nos diversos continentes, condenando-a como um retrocesso na civilização dos povos e na vida internacional e um crime de lesa-humanidade; e concordaram em que, para além das medidas que se integram no domínio da soberania interna é também dever dos Governos adotar medidas urgentes, no plano internacional, para prevenir e reprimir a violência em todas as suas formas e combater todos os atos de terrorismo, através de uma estreita colaboração dos Estados, de forma a que se possa garantir o respeito pelos fundamentais direitos da pessoa humana⁵⁴.

Durante a presidência de Médici, em 1972 foi declarado juntamente com Portugal o “Ano da Comunidade Luso-Brasileira”, como parte das celebrações pelos 150 anos da independência do Brasil. Neste ano, com a visita de Américo Thomaz, presidente de

⁵⁰ BRASIL. **Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses**. 1971. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1969/b_61>. Acesso em: 21 jan. 2015.

⁵¹ Assinado em 07/09/1971, passou a vigorar em 22/04/1972.

⁵² Mas não podiam participar do alistamento militar.

⁵³ BRASIL. **Declaração conjunta Brasil/Portugal**. 1971. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1971/b_80>. Acesso em: 22 jan. 2015.

⁵⁴ BRASIL. **Declaração conjunta Brasil/Portugal**. 1971.

Portugal, os restos mortais do imperador D. Pedro I foram trazidos para o Brasil. O MRE, por meio da Secretaria de Relações Exteriores, comentou sobre a aprovação de uma declaração conjunta entre ambos os países. Nela se ressaltou a unidade espiritual dos dois povos, reforçando o caráter especial das relações luso-brasileiras e a semelhança de princípios. Esses valores agrupavam a igualdade jurídica dos Estados, a não intervenção, a autodeterminação, a solução pacífica das controvérsias, o repúdio ao preconceito racial, a condenação da violência e o respeito aos direitos do homem. Na sequência da declaração, se confirmou que ambas as nações usariam seus esforços no fortalecimento de um sistema de segurança coletiva e no combate aos esquemas de poder baseados nos oligopólios políticos e na implantação de esferas de influência. Esse posicionamento, de certa maneira, selava que Portugal e Brasil, nesse momento, compartilhavam da necessidade de uma alternativa à bipolaridade da Guerra Fria. O Brasil ainda conseguiu atrair Portugal para alguns valores defendidos pela diplomacia e pelo governo brasileiro – a crítica ao desnível corrente entre países industrializados e países em desenvolvimento, a falta de distribuição de tecnologia e as limitações impostas no comércio internacional. Inclusive que os pilares teóricos do “Milagre Econômico” fossem endossados por Portugal. Por fim, o Tratado de Amizade e Consulta de 1953 foi reafirmado pelos dois presidentes, que reconheceram os benefícios que o sistema de consultas havia proporcionado. Os acordos e as medidas, que passaram a vigorar desde 1966, demonstravam que a cooperação política, econômica, técnica, comercial, cultural e tecnológica, entre Brasil e Portugal, estava cada vez mais conveniente e efetiva⁵⁵.

Na vinda de Marcello Caetano, também em 1972, o presidente do Conselho de Ministros recebeu do governo brasileiro insígnias da Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito, a antiga ordem criada pelo próprio Dom Pedro I. Ao se dirigir a Marcello Caetano, Médici proferiu as seguintes palavras:

Homem de pensamento e homem de ação, Vossa Excelência nunca perdeu de vista, no curso das investigações teóricas e doutrinárias, com que enriqueceu as letras jurídicas e políticas da nação lusitana, o essencial sentido dos valores humanos⁵⁶.

⁵⁵ Visita do Presidente Américo Thomaz ao Brasil, Projeto de Declaração Conjunta. Telegrama nº 149, 430. (88) (42) 920. (42) (88), 6 de 25 de Abril de 1972, Secreto-Urgentíssimo.

⁵⁶ Saudação ao Presidente do Conselho de Ministros de Portugal, Marcelo José das Neves Alves Caetano, 6 de setembro de 1972, p.83 (Biblioteca da Presidência da República).

No mesmo testemunho de reconhecimento, foram reforçados os laços luso-brasileiros, principalmente por causa da convenção sobre igualdade de direitos e deveres entre brasileiros e portugueses que havia sido aprovada na passagem de Américo Thomaz.

Quanto às indecisões da diplomacia brasileira, no que se diz respeito ao problema colonial português, foram motivo de pauta no jornal *Folha de S. Paulo*⁵⁷. A matéria informou que o ministro Gibson Barboza teria levado às autoridades de Lisboa as apreensões dos africanos quanto à presença portuguesa no Continente. O ministro frisou que havia sido um compromisso assumido com os africanos. Indagado por jornalistas sobre o teor da conversa que realizou com Rui Patrício, Barboza se recusou a dar maiores detalhes, apenas declarando que os vínculos naturais que o Brasil possuía com Portugal não impediriam sua aproximação com a África. O ministro aproveitou para desmentir que possuía comprometimento estreito com Portugal e que isso prejudicaria as relações com a África, dizendo que o Brasil só possuía compromisso com os seus próprios interesses nacionais. Por outro lado, quando Américo Thomaz e Marcello Caetano passaram pelo Brasil, em entrevista feita para Marques Gastão, jornalista português, Gibson teceu elogios a ambos. Sobre a expectativa da nação brasileira com a visita de Thomaz, Gibson Barboza afirmou que se esforçaria “para demonstrar na pessoa do superior mandatário da nação portuguesa o grande carinho e apreço pelo grande Portugal⁵⁸”. Sobre Caetano, Gibson garantiu sua admiração sem limites pelo líder português:

[...]pela sua cultura, pelo seu saber de humanista, não conheço ninguém na minha vida com uma cultura que me tenha impressionado tanto como o Professor Marcelo Caetano. É uma inteligência que galvaniza pela clareza, pela justeza de mestre, do português e do político. Não é apenas uma cultura humanista; é a qualidade da inteligência sutil, final e arguta. Um tipo de inteligência cheia de sedução e percepção⁵⁹.

Na passagem de Médici por Portugal, em 1973, o presidente salientou que Portugal representava uma nação tão próxima do Brasil, “pelas afinidades de espírito e de aspirações”, a ponto de quase ser confundida com o próprio país. Durante sua passagem, trocou condecorações com autoridades portuguesas e se reuniu com Marcello Caetano⁶⁰. No encontro que realizou com Caetano, Médici afirmou que o Brasil não estava em condições de estabelecer uma zona de livre comércio⁶¹ entre as duas nações, refutando a proposta

⁵⁷ Folha de S. Paulo, 14 de fevereiro de 1973, p.3.

⁵⁸ Correio da Manhã, 18 de março de 1972, p.3.

⁵⁹ Correio da Manhã, 18 de março de 1972, p.3.

⁶⁰ Folha de S. Paulo, 15 de maio de 1973, p.4.

⁶¹ A proposta portuguesa previa a redução das tarifas de importação e de impostos de produtos portugueses.

apresentada pelas autoridades portuguesas⁶². O governo brasileiro esclareceu que não podia assinar o acordo de livre comércio não por ter divergências com Portugal, mas por ter dificuldades de ordem técnica, por não saber quantificar os impactos econômicos e comerciais dessa zona de comércio. Existia ainda uma preocupação de que essa parceria pudesse prejudicar o comércio brasileiro na ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio). Sobre o problema na África, o governo brasileiro reiterou que respeitava a justificativa portuguesa e que considerava a guerra um problema interno de Portugal. O argumento das autoridades passava pela ponderação de que o país não podia apoiar os africanos, por causa do uso de métodos violentos. Gibson Barboza fez uma declaração que coroou essa orientação, afirmou que todos os conflitos precisavam ser resolvidos pela via pacífica das negociações, a crise entre portugueses e africanos não podia fugir dessa regra⁶³.

Okoi Arikpo, chanceler da Nigéria, em sua passagem pelo Brasil, se reuniu com o ministro Barboza. O chanceler brasileiro afirmou que nos últimos anos o Brasil havia assinado cerca de 800 moções, aprovadas na ONU, contra o colonialismo e que tinha sido um dos redatores do capítulo sobre colonialismo na Carta de São Francisco. O chanceler nigeriano reconheceu que o Brasil tinha avançado no tema colonial, fato que se evidenciava nos debates realizados na imprensa sobre a presença portuguesa na África. Em artigo do jornal *Folha de S. Paulo* garantiu que o Brasil tinha ultrapassado um “velho tabu”, por se relacionar com a África à luz de seus próprios interesses e não por meio dos interesses lusos⁶⁴.

No Brasil, algumas vozes continuavam protegendo abertamente os interesses portugueses. Em passagem pelas colônias, Antônio Henrique da Cunha Bueno, deputado federal da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), disse que Portugal estava a realizar uma obra grandiosa na África em prol dos interesses ocidentais. A realidade angolana surpreendeu o deputado, que chegou a afirmar que num futuro próximo o país se tornaria o grande Portugal da África e que estava estampado nos sorrisos e comentários dos angolanos o apreço pela “pátria-mãe”.⁶⁵

Com Geisel no poder, o novo ministro do Itamaraty, Azeredo da Silveira⁶⁶, trouxe o uma tímida reviravolta das posições do Brasil. Nem por isso as pressões portuguesas sobre os brasileiros foram amenizadas. Quando Rui Patrício veio ao Brasil participar da posse de

⁶² Folha de S. Paulo, 16 de maio de 1973, p.4.

⁶³ Folha de S. Paulo, 19 de maio de 1973, p.3.

⁶⁴ Folha de S. Paulo, 27 de janeiro de 1974, p.4.

⁶⁵ Folha de S. Paulo, 28 de fevereiro de 1974, p.3.

⁶⁶ Permaneceu no Itamaraty de 15 de março de 1974 a 15 de março de 1979.

Geisel, concedeu uma entrevista ao *Jornal do Brasil*⁶⁷. Na entrevista reafirmou a política portuguesa na África, expondo que Portugal não abriria mão das colônias. Para demonstrar que o Brasil deveria permanecer ao lado de Portugal, o chanceler criticou as visões da imprensa e dos documentos da ONU. Para Patrício, esses pontos de vista não refletiam a verdadeira realidade africana, já que compunham uma campanha antiportuguesa. Assim, os brasileiros deveriam visitar *in loco* esses territórios para compreenderem a verdadeira situação da África. Quanto aos interesses brasileiros nesses territórios, Rui Patrício elencou a manutenção da língua portuguesa e razões de ordem econômica, geográfica, estratégico-militar. Para comprovar que o Brasil se equivocaria, caso votasse a favor das resoluções da ONU que condenavam o colonialismo, Rui Patrício inverteu a lógica do debate. Para ele, as resoluções anticolonialistas da ONU foram todas equivocadas. Garantiu que a declaração aprovada na ONU, favorável aos movimentos de libertação nacional, recaía no erro de reconhecer grupos sem nenhuma ligação com as aspirações dos povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. As resoluções estariam negando o princípio de não intervenção, já que a ONU propunha ingerência nos territórios portugueses, violando assim os princípios da autodeterminação dos povos. Patrício concluiu que a tradição anticolonialista do Brasil seria reluzente se o país votasse contra essas resoluções da ONU⁶⁸. O ministro ainda disse que, caso os movimentos de libertação nacional se apossassem do poder, a língua portuguesa desapareceria desses territórios. Por isso, Portugal pretendia salvar o idioma e garantir a unidade territorial e econômica daquelas regiões, advertindo sobre o perigo de Angola cair nas mãos de uma potência hostil ao Brasil. Para desqualificar os movimentos de libertação, afirmou que eles eram compostos por uma maioria de cubanos e de estrangeiros, que apoiá-los significava o mesmo que apoiar guerrilheiros na América Latina. Atacando a ONU, afirmou que, em nome da autodeterminação dos povos, a organização contrariava a verdadeira vontade dos povos africanos – continuarem governados pelos portugueses⁶⁹. Vozes contestavam essa linha. Um editorial do *Jornal do Brasil* traçou uma clara denúncia do governo português, garantindo que o mesmo ficaria isolado. O editorial defendia a sustentação explícita do anticolonialismo, do contrário, o país correria o risco de cair numa inimizade com os países africanos⁷⁰.

Desde Portugal, a ditadura civil-militar brasileira também sofreu críticas, o Partido Comunista Português (PCP) e o Movimento Popular Anticolonial (MPAC) são dois

⁶⁷ *Jornal do Brasil*, 15 de março de 1974, p.12.

⁶⁸ *Jornal do Brasil*, 15 de março de 1974, p.12.

⁶⁹ *Jornal do Brasil*, 17 de março de 1974, p.12.

⁷⁰ *Jornal do Brasil*, 26 de março de 1974, p.8.

exemplos de grupos que criticaram o regime do Brasil. No jornal *Avante*, do PCP, a partir de 1970 são constantes as matérias denunciando a repressão, a tortura, as prisões e os assassinatos envolvendo o regime militar brasileiro. Em um artigo que denunciava os crimes do regime brasileiro, a morte de Carlos Marighela foi notícia nas páginas do jornal: “O revolucionário Carlos Marighela foi cobardemente fuzilado pelas costas e não, como a imprensa diária noticiou, numa troca de tiros com as forças policiais⁷¹”. Em panfleto do MPAC, a visita do presidente Médici a Portugal, em 1970, foi repudiada: “Acaba de chegar o lacaios Emílio Médici, chefe-de-fila da camarilha reaccionária que, no Brasil, exerce uma bárbara e sanguinária ditadura fascista sobre as massas populares⁷²”.

Avançando no debate sobre as relações entre Brasil e Portugal, quando o processo de independências avançou, foi possível perceber uma conexão entre os teatros de operações e o golpe de 25 de Abril. Os treze anos de guerra na África compuseram o cenário que possibilitou a ação promovida pelos Capitães de Abril. Ônus financeiro, mortes, sofrimento, despedidas, saudades, insistência, manutenção de um projeto tido por parte do globo como antiquado, falido e vicioso. Esse foi o eixo que embalou o fim do Estado Novo, que politizou os militares que desencadearam a Revolução dos Cravos⁷³. Isso denota que o sangue derramado nas guerras em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique ensejou o percurso derradeiro. Forjado no percurso da guerra, de perfil estritamente militar, o Movimento das Forças Armadas (MFA) reuniu oficiais de patente intermédia, mantendo relativa distância de partidos/agregações políticas. Traçou, desde sua origem, a derrubada da ditadura salazarista/marcellista, prevendo a instauração de um governo de transição para a construção de um Estado democrático. Para concretizar a queda da ditadura e a construção da democracia, os capitães construíram um programa básico com três Ds como princípios norteadores: descolonizar, desenvolver e democratizar. Houve uma relação direta entre a descolonização africana e a revolução de 1974 em Portugal. A relação entre o “marxismo eclético” e o nacionalismo no interior do Movimento das Forças Armadas permitiu a convergência de suas posições com o PAIGC, a FRELIMO (Frente para a Libertação de Moçambique) e o MPLA (MAXWELL, 1985, p.539).

⁷¹ *Avante*: órgão central do Partido Comunista Português, edição nº412, de fevereiro de 1970.

⁷² “Morte à “Aliança” Reaccionária”. Pasta: 04480.127. Casa Comum, 14 de maio de 1973. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_112783> Acesso em 19 de julho de 2014.

⁷³ Leva esse nome porque tem como um dos símbolos o cravo vermelho. Celeste Caeiro, ao se deparar com um soldado, lhes deu um ramalhete de cravos. Os cravos vermelhos ganharam as ruas de Portugal, se transformando no símbolo da Revolução de 25 de Abril. Desde 1974, estão presentes nas comemorações da data.

Guiné-Bissau foi reconhecida como república por meio do Acordo de Argel, feito entre 25 e 29 de Agosto de 1974, dando como data oficial da independência o dia 10 de Setembro. Moçambique, depois de impasses com colonos brancos, obteve a independência no dia 25 de Junho de 1975. O caso mais delicado foi o angolano. Os atritos por causa da existência dos três movimentos (MPLA, UNITA, FNLA) e o microcosmo da Guerra Fria na região fizeram com que a negociação se desdobrasse. A independência foi proclamada no dia 11 de Novembro de 1975.

No dia 27 de Abril, o governo brasileiro foi notificado por telex da embaixada portuguesa sobre a instauração da Junta de Salvação Nacional (JSN), estabelecida pela Revolução dos Cravos. No mesmo dia, o encarregado de Negócios da embaixada do Brasil em Lisboa, Antônio Fantinato Neto, entregou a resposta brasileira a Freitas Cruz, chefe do Departamento Político do Ministério dos Negócios Estrangeiros, comunicando a decisão oficial. Em nota do MRE, o Brasil se tornava a primeira nação a reconhecer o novo regime português⁷⁴.

No desenrolar da vitória dos movimentos nacionalistas, o Brasil optou pelo reconhecimento das independências. A participação do Brasil na ONU enfatizou temas que tinham sido abolidos ou suavizados na etapa anterior: como o combate ao colonialismo e a condenação do sistema de *apartheid*, foram reformulados pelo Brasil. Reconheceu-se a grande dívida do Brasil com a África e buscou-se dissipar o discurso ambíguo que denotava a ligação do Estado brasileiro com o Estado português. Apesar de reivindicarem o marxismo, o Brasil reconheceu as independências de Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, efetuando a abertura de embaixadas nos três países. Penso que o interesse comercial foi um dos principais fatores desse reconhecimento.

Aproveitando o tema, há um panorama quantitativo a respeito das votações do Brasil nas Assembleias Gerais da ONU. Em todas as resoluções aprovadas, de 1965 a 1973, quando as questões envolviam os territórios portugueses na África, o Brasil se absteve ou votou contra resoluções que afetavam Portugal (DÁVILA, 2011, p.120-121). Como exemplo, houve a abstenção em duas votações importantes – na condenação às políticas de Portugal e da África do Sul, em 1973, e na resolução sugerida pela ONU que definia a suspensão da representatividade das colônias portuguesas pela delegação de Portugal (FERREIRA, 2013, p.65). Somente em 1974, quando estava claro para o Brasil que as guerras de libertação se tornariam vitoriosas, o país votou contra Portugal, reconhecendo

⁷⁴ Correio Brasiliense, 28 de abril de 1974.

o pleno direito das nações africanas⁷⁵. Gibson Barboza promovia uma leitura que via no Brasil um representante em potencial no bloco internacional de organizações econômicas e políticas. Que o país partilhava vários problemas comuns à África, como a produção de café, cacau e utilização do oceano. Por isso, demonstrava interesse de abrir os mercados africanos para as exportações brasileiras, mesmo que elas fossem limitadas⁷⁶. Segundo Barboza, a orientação geral brasileira, durante sua chancela, buscou separar o Portugal colonial do metropolitano. Com o metropolitano foram realizados planos de fortalecimento das relações bilaterais (comemorações, intercâmbios, igualdade de direitos e deveres), visitas, missões, acordos, convênios. Com o colonial seguiu-se uma orientação de não se emaranhar na teia da guerra colonial. Nessa direção, citou o cancelamento das manobras em Cabo Verde; a proibição de venda de armamentos a Portugal; a negação do termo “províncias ultramarinas”; o impedimento da exploração pelo Brasil do petróleo de Cabinda e da abertura de entrepostos comerciais em Angola e em Moçambique; a oposição à uma Comunidade Afro-Luso-Brasileira, o que para ele, envolveria o Brasil na trama da guerra⁷⁷.

Durante o governo de Médici, a diplomacia se voltou para o desenvolvimento do parque industrial do Brasil e da venda de seus produtos. Sabia-se que o Brasil possuía uma indústria com tecnologia mediana, que produzia essencialmente manufaturados. Nesse interim é que surge o interesse no mercado tropical africano, espaço de laços culturais e históricos, região carente de produtos desse perfil. O monopólio dos militares foi interrompido com o advento da crise internacional dos anos 1970, pois vetou o crescimento acelerado da economia nacional, dando margem para a reflexão sobre a abertura política e incorporação de empresários e diplomatas nos centros decisórios. No governo Geisel, os juros da dívida externa estavam elevados, em decorrência da crise internacional. O Brasil estava impossibilitado de penetrar nas decisões do sistema financeiro, tinha dificuldades para comercializar seus produtos (têxteis, calçados, siderúrgicos), tendo constantes controvérsias com os EUA e com a Europa. Estrategistas brasileiros reconheceram a distância do Brasil, em relação aos países ricos, e perceberam que a tese de bipolaridade poderia gerar mais isolamento (GONÇALVES e MIYAMOTO, 1992, p.215, 227, 230).

⁷⁵ Na XXIX Assembleia Geral da ONU, dezembro de 1974, foram aprovadas resoluções que condenavam o colonialismo, o *apartheid* e a discriminação racial, e reconheciam o direito à autodeterminação na África. Ver: NASCIMENTO, Abdias do. **Brazil, Mixture Or Massacre?** Essays in the Genocide of a Black People. Dover: Majority Press, 1989, p.192.

⁷⁶ Monthly Trends Reports, February 11, 1972. Am embassy Brasilia, Department of State, Confidential. Opening The Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s, Brown Digital Repository/Universidade Estadual de Maringá.

⁷⁷ BARBOZA, 1992, p.259, 260.

Assim, a criação de novos parceiros o motivou ao reconhecimento das independências de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. O adido militar português fez uma análise, poucos dias antes da Revolução dos Cravos, dos rumos que Geisel/Azeredo dariam à política externa do Brasil. A avaliação se aproximou daquilo que se materializou. Nuno Luiz Azevedo e Pinho⁷⁸, em seu relatório mensal, avaliou que Geisel seguiria numa política de esquecer as vinculações de raiz histórica, tradicional ou de ordem ideológica, priorizando os interesses reais do país. Por isso, daria ênfase no caráter econômico, procurando expandir e desenvolver o Brasil⁷⁹. O interesse comercial influenciou a tomada da decisão do governo brasileiro no tema das independências. Na sequência do 25 de Abril, a diplomacia seguiu na intermediação dos negócios do capital brasileiro. As mais variadas transações, missões, visitas, feiras, o capitalismo *made in Brazil*, agora sem os entraves lusitanos, abria um horizonte de negócios sem precedentes.

Seguramente, o Brasil poderia ter se tornado um grande protagonista na cooperação com a luta dos povos pela autonomia e pelo desenvolvimento em África. Entretanto, o constante condicionamento às relações triangulares para se aproximar da África impediu que esse papel fosse assumido desde o começo da guerra. O próprio Tratado de Amizade e Consulta havia estabelecido uma cláusula que restringia o acesso livre do Brasil às colônias. Suas diretrizes foram seguidas na maior parte da ditadura civil-militar. O governo português desejava ter do Brasil um auxílio nos termos portugueses, restritamente lusos. Sem Portugal como intermediário, o Brasil poderia ter ido mais longe e ter sido mais atuante no cenário africano. O estilo inibido e dúbio impediu a possibilidade do Brasil ocupar um papel progressivo no Atlântico Sul. Essa postura também gerou desconfiança nos povos afro-asiáticos. Inclusive, Samora Machel, líder moçambicano, criticou o Brasil pelo apoio histórico dado a Portugal e pela distância que o país, tendo passado por uma situação colonial, manteve dos movimentos de libertação. Os líderes moçambicanos não concordaram com a criação de representação brasileira especial. Posteriormente, a FRELIMO negou a presença de representantes oficiais do governo brasileiro no ato da independência, realizado no dia 25 de Novembro de 1975, enviando convites apenas a Miguel Arraes e Luís Carlos Prestes⁸⁰.

Em termos conclusivos, durante o regime autoritário as relações entre Brasil e Portugal foram intensas e cordiais. Brasília e Lisboa içaram solenidades repletas de

⁷⁸ Da embaixada portuguesa em Brasília, adido naval, militar e aeronáutico.

⁷⁹ PEA Defesa Nacional, Gabinete do ministro. Nº645/GB Processo Co. 17 de abril de 1974.

⁸⁰ PENNA FILHO, 2009, p.175.

simbolismos, assinaram documentos enaltecendo os laços de amizade, empreenderam esforços de ajuntamento para a consolidação de uma Comunidade Luso-Brasileira. Apesar de não ter enviado forças militares aos teatros de guerra, o governo do Brasil esperava que Portugal desse uma solução para o problema colonial. Quiçá por isso, o Brasil não defendeu uma postura mais enérgica que sustentasse a libertação das colônias desde o alvorecer da guerra, quando o fez, foi apenas verbalmente. A diplomacia e o governo brasileiro se mantiveram distantes de um apoio direto aos movimentos independentistas em boa parte das ocasiões, o que favorecia mais os portugueses que os africanos.

De modo conclusivo, é possível assegurar que dois fatores condicionaram a aproximação brasileira das diretrizes portuguesas. Primeiro – o apego sentimental do Brasil a Portugal, tão disseminado por intelectuais, diplomatas, intelectuais, jornalistas e imigrantes. Segundo – a opção de creditar a Portugal a solução dos impasses nas colônias. Como desdobramento, essas posições impediram que as relações do Brasil fossem plenas e livres com a África. Terceiro – apesar das diferenças, as duas ditaduras possuíam congruências ideológicas e políticas. Essas posições só ruíram completamente com a iminência da vitória dos movimentos nacionalistas e quando o Estado Novo foi derrubado pela Revolução dos Cravos de Abril de 1974. Em linhas gerais, durante os quatro primeiros governos brasileiros, o país manteve seu relacionamento com Portugal sem ruptura.

TWO IBERO-AMERICAN DICTATORS: THE DIPLOMATIC RELATIONS BETWEEN BRAZIL AND PORTUGAL (1964 AND 1974)

Abstract: This article analyzes the relationship between Brazil and Portugal from 1964 to 1974, as well as the institutionalization of the powers of its authoritarian states. In addition to the peculiarities, regimes in Brazil and Portugal had similar predicates: anti-communism as justification for the establishment of vigilance, authoritarianism as an inhibiting vector of opposition and controlling society. The Portuguese New State sought to win the Brazilian support for the maintenance of its Colonial Empire in Africa. The Brazilian governments treated the independence movements, in general, as terrorists, crediting to the Portuguese State the direction of the solutions. However, with the Carnation Revolution in 1974, and the consequent independence of Angola, Guinea-Bissau and Mozambique, the Brazilian government recognized the new governments. In addition, I discuss some of the various agreements, treaties, conventions, declarations, visits and cooperation that were signed, noting that there were no splits between the two nations.

Keywords: Relationship Brazil/Portugal; Civil-military dictatorship; New State;

Referências

Arquivos

Arquivo Histórico do Itamaraty
Brown Digital Repository/Universidade Estadual de Maringá
Casa Comum

Fontes

Discursos de Salazar, Vol. III, p. 44-46, 1938.

Jornais⁸¹

Avante
Correio da Manhã
Diário de Lisboa
Diário do Paraná
Folha de S. Paulo
Jornal do Brasil
O Globo
Portugal Democrático

Bibliografia

ALEXANDRE, Manuel Valentim. **A descolonização portuguesa em perspectiva comparada**. Versão da introdução à Mesa –redonda A descolonização portuguesa», no âmbito da III conferência internacional Flad-ipri– Portugal, The USA and Southern Africa/Portugal, os Estados Unidos e a África Austral, 2005, p.31-59.

ANDERSON, Perry. **Portugal e o fim do ultracolonialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BARBOZA, Mario Gibson. **Na diplomacia, o traço todo da vida**. Rio de Janeiro: Record, 1992.

CAETANO, Marcelo. **Páginas Inoportunas**. Lisboa: Bertrand, 1959.

CASTELO, Cláudia. “Novos Brasis” em África desenvolvimento e colonialismo português tardio. In **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 30, nº 53, p.507-532, mai/ago., 2014.

CORREIA, Pedro Pizarat. O 'ciclo africano do império' e o seu fim. O impacte da descolonização. In. Actas do colóquio internacional Expo 98. **Portugal na Transição do Milénio**. Lisboa: Fim de Século Edições, 1998.

DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico**. O Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

⁸¹ Os jornais foram recolhidos nos arquivos históricos do MRE e do MNE e de hemerotecas digitais.

DREIFFUS, René Armand. **A conquista do Estado**: Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

FERREIRA, Wallace. Revisitando a África na Política Externa Brasileira: distanciamentos e aproximações da “independência” à “década de 1980”. **Universitas Relações Internacionais**, Brasília, v.11, n.1, jan./jun., 2013.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964 e o papel do governo dos EUA**. In FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes. ARAUJO, Maria Paula e QUADRAT, Samantha Viz. **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes. ARAUJO, Maria Paula e QUADRAT, Samantha Viz. **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FREYRE, Gilberto. **O Luso e o Trópico**. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.

GOMES, Francisco Manuel. **Memórias de uma guerra inacabada**: Portugal, os Estados Unidos e o processo de descolonização angolano. Lisboa: Edições Colibri, 2006.

GONÇALVES, Williams. As relações luso-brasileiras nos anos 1950. *Tensões Mundiais*. Fortaleza, CE. v. 5, n. 8, 2009.

GONÇALVES, Williams da Silva e MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. In **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 2, 1993, p.211-246.

KOONINGS, Kees. O “exército político” brasileiro: faccionalismo militar e a dinâmica do regime de 1964-1985. In **Militares e Política**, n.º 6 (janeiro-junho), 2010.

LEME, Rafael Souza Campos de Moraes. **Absurdos e milagres**: um estudo sobre a política externa do lusotropicalismo (1930-1960). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

MACHADO DOS SANTOS, Luiz Cláudio. **As relações Brasil-Portugal**: do tratado de amizade e consulta ao processo de descolonização lusa na África (1953-1975). 2011. 333 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011.

MAXWELL, Kenneth. As colônias portuguesas e a sua descolonização. In **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 15, 16, 17, maio de 1985.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. **A bem da Nação**: sindicalismo português entre a tradição e a modernidade (1933-1947). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. O Pensamento Autoritário no Estado Novo português: algumas interpretações. **Locus**: revista de história, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 9-30, 2007.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do regime militar brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

NASCIMENTO, Abdias do. **Brazil, Mixture Or Massacre?** Essays in the Genocide of a Black People. Dover: Majority Press, 1989.

RAMPINELLI, Waldir José. **As duas faces da moeda:** as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

SOUTO, Amélia Neves de. **Caetano e o ocaso do 'império':** administração e guerra colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968-1974). Porto: Edições Afrontamento, 2007.

SOBRE O AUTOR

Tiago João José Alves é doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Recebido em 09/03/2019

Aceito em 30/04/2019